



## Os subterrâneos da França no século XIX no olhar de Riot-Sarcey

Jorge Nóvoa

### Uma hipótese de leitura

O século XIX é chave para quem estuda, ao mesmo tempo, o amadurecimento da modernidade e o início de um longo processo cujos desenlaces estamos vendo à nossa frente. De qual “modernidade” é possível se falar se considerarmos a França dos meados século XIX vez que se tratava de uma formação social ainda marcada por sobrevivências medievais em vários setores e não apenas no campo? Sua industrialização ainda é feita de oficinas artesanais e manufaturas e ainda não alcançou o estágio da Revolução Industrial da Inglaterra dos anos 1750 no qual é possível ver a presença marcante da **grande indústria** (com mais ou menos cem operários, mecanização importante e energia a vapor) e de uma **classe operária propriamente dita**, subsumida ao capital e destituída inclusive do antigo status do “artesão”, detentor de uma especialização formada por mestres artesãos, além de não possuir nenhum meio de produção outro que seus próprios braços. Antes deste processo se estava diante daquilo que Marx denominou de subsunção formal do trabalho ao capital para distingui-la da subsunção real que só se inaugura com a indústria (superando as oficinas e as manufaturas) na qual o trabalho humano perde toda (ou quase toda) iniciativa para o sistema de produção mecanizado, coisa que, na primeira metade do século XIX, só havia ocorrido de modo mais generalizado, na Inglaterra. Na leitura que Marx realiza no seu famoso *Capítulo Inédito* de *O Capital*, ela trata a transição para um modo de produção propriamente industrial da seguinte forma:

Tudo isso se apresenta como força produtiva do capital, não como força produtiva do trabalho; ou como força produtiva do trabalho apenas na medida em que é idêntico ao capital, e em todo o caso nunca como força produtiva quer do operário individual, quer dos operários associados no processo de produção. **A mistificação implícita na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais do que podia ou teria podido se desenvolver no caso da subsunção puramente formal do trabalho ao capital.** Ademais, é aqui que **o significado histórico da produção capitalista surge pela primeira vez de maneira cabal** (de maneira específica) precisamente por força da transformação do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho ... se a produção da mais-valia absoluta é a expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital, **a produção da mais-valia relativa pode ser considerada como subsunção real do trabalho ao capital.**<sup>1</sup> (Grifo nosso)

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978. Livro 1, Cap. VI (inédito). p.55-56



Este fenômeno não se generaliza de maneira homogênea. Mesmo no espaço europeu ele se verifica de forma desigual. Mas a partir de então podemos considerar consolidado o modo de produção capitalista e mais que isso, a sua dominância sobre todos os outros existentes no sistema produtivo mundial. De qualquer forma, sob sua dominação ocorrerá progressivamente e até certo ponto, uma homogeneização relativa do espaço socioeconômico inglês e europeu.

A urbanização na França – e no resto da Europa, excetuando aquela das capitais, ainda guarda muito daquela dos séculos precedentes a 1789. Todavia, na Europa como um todo, já eram preocupações fortes dos homens públicos, não apenas a industrialização e o urbanismo, como também e, inevitavelmente, o assalariamento e a exploração da força de trabalho urbana que tendia a ser dominante. A própria Revolução por igualdade social, fraternidade e liberdade, havia instituído um desejo de república democrática e social que permanecerá presente em diversas conjunturas, como foi o caso de 1830, 1848, 1850-51-52, e 1870-71, para ficarmos apenas no século XIX.

Sem dúvida, o século XIX francês foi marcado também pelo afã da construção de uma soberania baseada no princípio da dominação do Estado nacional, dominação esta que se reservava de incorporar uma soberania baseada no princípio da democracia realmente popular. Tratou-se assim, de uma soberania seletiva em relação à qual somente setores das classes dominantes poderiam transgredi-la. A modernidade da França do século XIX desenvolve assim, um capitalismo carregado das contradições que lhes são inerentes, afirmando uma modernidade que sobreviveria ainda por um século sem se acreditar superável e finita – como se crê ainda hoje –, sem compreender que a contradição entre o desenvolvimento de suas forças produtivas contradiria à própria existência de um Estado nacional francês e um mercado internacionalizado. Uma das contradições que já existia no século XVIII e XIX – e que tornou-se uma característica dominante no final do século XX e, sobretudo, do XXI –, reside no fato de que, a lógica da reprodução do capital obrigou aos próprios empresários capitalistas dos Estados nacionais a se associarem entre si, mesmo que conflitando com a dita soberania nacional de seus Estados de origem.

Faz-se, pois, mister saber que muito do que se viverá na decadência da modernidade capitalista ao longo do século XX, já se acha inscrito na trama do século XIX e, em grande parte, no século XIX francês. A idade moderna precisa ser apreendida, por conseguinte, nas suas mais diversas dimensões e na cronologia de seus fatos e nas suas contradições. Todas as instâncias do processo histórico,



precisam, pois, ser explicados pelas contradições das estruturas que as expressam, mas também pelos homens de carne e osso que lhes dão vida contraditória.

### **Uma leitura original do século XX**

Eis que para a história do nascente movimento operário francês como um fenômeno da modernidade, descobrimos um livro fora do habitual na historiografia contemporânea! Ele merece ser traduzido para o português, não apenas pelo conteúdo apaixonante que Michèle Riot-Sarcey nos oferece, mas também pela concepção da história que transparece, assim como pelo método e escrita utilizados. Alcançar um tal nível de densidade na pesquisa empírica associada a uma refinada abordagem teórica e, mais ainda, a uma narrativa que se lê como um romance, é obra de quem acumulou muita experiência e maestria. É obra de uma vida! É um livro para ser lido, mas também para ser estudado. É um livro que serve como modelo de pesquisa e de exposição para pesquisadores de história. Ele acaba com o fetiche do arquivo "novo", cheio de documentos inexplorados e que só é historiador quem constrói, a partir de série documentais originais – de preferência, jamais utilizadas, uma sequência de fatos cronológicos com começo, meio e fim.

Eis que em Riot-Sarcey o que a preside é um ideal contrário, pois inspira-se em pensadores que procuram, ao mesmo tempo, as continuidades das discontinuidades, ou aquelas que poderiam ser denominadas de continuidades alternativas. Riot-Sarcey arrebenta com as continuidades históricas dominantes. Na historicidade évènementielle, ela procura encontrar a experiência contraditória, conflitante dos agentes históricos, mas também das possíveis interpretações que terminam alimentando o senso comum dominado pela ideologia dominante. Ela quer ver as discordâncias nas experiências, nas ideias, na linguagem "daqueles a quem o tecido da história negou a qualidade do sujeito da história e o poder de agir continuamente". Porém, o que ela quer não é opor à continuidade da história dos dominadores, uma outra "ilusão": a legitimidade e a eficiência absoluta do acontecimento fragmentário, o ato mudo ou o discurso nu dos "vencidos", mesmo porque as derrotas serão sempre "parciais" e "momentâneas" enquanto a humanidade puder existir ou subsistir. Pelo contrário, a tarefa do historiador é reconstruir, a partir das pegadas deixadas pela experiência dos subordinados, os conteúdos essenciais e formais, e suas "continuidades invisíveis" que sustentam, e a memória dessas experiências do passado que nunca deixam semear, no horizonte da dialética entre as necessidades e as possibilidades das quais eles arrancam clarões. Tais experiências criarão novas continuidades, novas alternativas de outra modernidade, inclusive para os que diante da "modernidade destrutiva" declaram



hoje o fim da modernidade e o ingresso numa pós-modernidade. No livro em causa Riot-Sarcey aborda muitas das interpretações do processo em curso da história imediata que convergiram entre si nas primeiras décadas do século XIX no entendimento de que, tanto à “esquerda”, como à “direita” (embora estas adjetivações não fossem usadas na época, nem pela historiadora), se caminhava inexoravelmente na direção do crescimento, da evolução, do desenvolvimento realizado pelas novas forças do progresso. A esta compreensão, tanto quanto ao processo real que ela constitui, Riot-Sarcey chama de “tecido da história”. No tecimento dessa história real, processual, tanto quanto no que se refere à sua percepção, tornou-se muito mais que em um adjetivo, numa substantivação verdadeira, a ocultação da experiência dos trabalhadores da liberdade. À diferença que a visão teleológica provocava como interpretação centrada no Estado e nos governos daqueles “empreendedores” e “competentes” para governar, Riot-Sarney procura desvelar a liberdade e a democracia não como uma promessa de futuro, mas aquilo que seus agentes conseguiram realizar em seus tempos reais, em suas vidas reais. Ao longo do processo histórico do século XIX – que trará consequências inevitáveis, particularmente para o início do século XX no qual, o movimento dos trabalhadores partidário da autonomia e da independência será vencido progressivamente a partir do final do século XIX pelos partidários da predominância – para não dizer exclusividade, da representação parlamentar e do coletivismo de Estado. A liberdade que poderia ser conquistada todos os dias foi postergada por uma suposta conquista do aparelho do Estado, sem que isto jamais tenha, de fato acontecido.

O livro de Michèle Riot-Sarcey é incontornavelmente importante pela problemática que elabora na dialética passado-presente-futuro. Aliás, sua força provém da assunção dessa dialética, da problemática que constrói. Ele não revela fatos desconhecidos ou arquivos inexplorados; mas encontra novamente na ideia de liberdade carregada pelos insurgentes de 1848, pelas gerações passadas que deixam as novas a inspiração refazer a república democrática e social dos produtores associados, da autonomia democrática, da soberania popular, do poder de ação do povo comum, que o tecido da história dominada pela elite dominante obscureceu. Não se acha apenas em causa uma banalidade historiográfica se se considerar que a perspectiva aberta de 1789 permaneceu e permanece viva como chama pela liberdade, pela democracia social e alimentou e alimenta a experiência real, concreta, odierna e motora de homens e mulheres comuns ao longo do século XIX, XX e XXI.



Qual será a escolha de concepção e método do historiador? Reproduzirá ele a história das falsas continuidades ou assumirá ele a problemática da história que foi negada à maioria do povo, mas que subsistiu através dos subterrâneos da liberdade? O livro *Le procès de la liberté. Une histoire souterraine du XIXe siècle en France* traz em seu título a palavra PROCESSO que em francês (PROCÈS), mas em português também, pode ser lida como relativa ao curso da liberdade, da luta por sua busca ou da forma como ela brota dos subterrâneos da sociedade francesa do século XIX. Mas pode também, de outro lado, ser interpretada como julgamento, ou o ato de julgar historicamente, moralmente, ou ainda, juridicamente. Sim, juridicamente porque, como parece ser um leitmotiv da reflexão de Sarcey, à LIBERDADE se imprimiu os significados que a ação histórico-social dos homens em luta pelos seus mais diferentes interesses, justos ou injustos, honestos ou escusos, progressistas, conservadores ou reacionários, produziu como conteúdo para ela.

Logo no início de sua INTRODUÇÃO, Sarcey intrigará aos acostumados a pensar o processo histórico na sua continuidade. Aliás, a ideia de progresso, de desenvolvimento urbano-industrial, se acha profundamente associada à noção de moderno e àquela de modernidade. Tanto a historiografia, como as demais ciências sociais, assim como a filosofia e as artes, não conseguiu deixar de registrar tais fenômenos. Ser moderno, segundo a ideologia dominante, é ser partidário do crescimento infinito e acreditar nele. Porém, sem que a grande maioria não perceba, a carga ideológica de tal noção de "crescimento", é tão arraigada ao senso comum, que não permite que se tome consciência de que se trata de um imperativo categorial da lei de reprodução do capital e de seu sistema - mundo: não crescer, significa perecer.

O subtítulo de sua INTRODUÇÃO à obra tem quase o efeito de um manifesto contra a ideia do progresso-crescimento na ideologia dominante que preside a modernidade desde, pelo menos, a Revolução Industrial: *POUR UNE HISTOIRE DISCONTINUE* (Por uma história descontínua)<sup>1</sup>. Ele nos envia de imediato à Walter Benjamin, sem dúvida, e à sua palavra de ordem para "escrever a história à contrapelo" nas célebres *Teses sobre o conceito de história* de 1940.<sup>2</sup> A adoção da perspectiva benjaminiana contraria a ideia positivista que se imiscuiu em múltiplos paradigmas, criando a ilusão de que "descrever o passado tal e qual ele aconteceu" era possível. Riot-Sarcey adota a perspectiva de que o "desenvolvimento" infinito sob a modernidade capitalista é uma "opção quimérica". Sem dúvida, ao verdadeiro

<sup>1</sup> RIOT-SARCEY, Michèle. *Le procès de la liberté. Une histoire souterraine du XIXe siècle en France*. Paris, La Découverte, 2016

<sup>2</sup> BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: **Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas, v. 1**. São Paulo, Brasiliense, 1994. P. 222-232



historiador, o esforço de buscar fidedignidade é mais próximo realisticamente àquele que busca, de modo consciente, a verossimilhança que a explicação do processo histórico permite. Não existe **verdade absoluta**. Por mais que a perspectiva do historiador seja transdisciplinar e totalizante, a imagem da “verdade histórica” que ele representará será sempre, no máximo, a de uma objetividade relativa, a de uma “totalidade menor” dentro da grande totalidade do processo histórico. Mas não como compartimento estanque. Se a busca do sentido dos processos históricos se faz procurando o máximo de fidelidade possível aos acontecimentos, o mais importante é a percepção de que eles são o “real aparente” que só adquirem verdadeiro sentido quando conectados aos processos históricos mais profundos e menos visíveis. Nestes termos, se as estruturas são mais duráveis e condicionam as conjunturas históricas, existe uma **descontinuidade aparente** com **continuidades reais**. São, pois, inseparáveis, às aspirações populares de 1848, centro nevrálgico deste livro, e aquelas de 1789. Um fio de continuidade invisível costura ou casa acontecimentos aparentemente caóticos, ordenando-os para o olhar crítico do historiador que se dispõe a captura-los.

Se as aspirações de 1848 são as mesmas de 1789 - e Sarcey consegue unir cada conta desse rosário de sofrimento e de lutas -, é preciso que se saiba que seu livro não é um livro “passeista” no sentido que alertou Georges Haupt<sup>1</sup>! Ele não promove o culto desinteressado do passado, daquele passado, sem conectá-lo às aspirações de liberdade e de democracia que liga o processo histórico às lutas da **modernidade construtiva** contra a **modernidade destrutiva** na conceituação de Sarcey. Tais lutas são atuais e querem vencer a reificação individualista que se instaurou como alavanca do suposto “progresso infinito” vigente a partir dos anos 1990. Ou seja, existe também um fio de continuidade para pior ao longo de todo esse processo histórico entre o neoliberalismo atual e o liberalismo do século XIX.

Sarcey desenvolve sua visão lembrando que os historiadores – diríamos que, muito menos por dever de ofício e muito mais por não poderem fazer de outra forma, vez que ser historiador é um modo de vida vocacionado -, nunca renunciaram “à informar as situações, trajetórias dos homens e mulheres de outros tempos com o fim de clarear o presente dificilmente decifrável para aquele que ignora ou que desdenha o devir do passado”<sup>2</sup>. Ela promove, ao mesmo tempo, uma crítica severa à “ideia banalizada - e de longa data -, por numerosos historiadores”, de que o homem comum, mesmo aquele engajado, “deixaria escapar o sentido real dos acontecimentos aos quais participava”. Porém, atenção: para ela **a**

<sup>1</sup> HAUPT, Georges. *L'historien et le mouvement social*. Paris, Maspero, 1980.

<sup>2</sup> Idem, p. 7.



**continuidade das aspirações de liberdade, fraternidade e igualdade não é doutrinária.** Não se filia a nenhum partido supra histórico e não tem nem mestre, nem tribuno definitivo!

Por conseguinte, é com muita razão que a perspectiva de Riot-Sarcey rejeita radicalmente todo e qualquer anacronismo doutrinário em sua narrativa contra linear através do qual alguns supostos historiadores “pretendem ensinar”, ao mesmo tempo, aos mortos “daquele passado” – mas, sobretudo, aos “vivos da atualidade” que, por “ignorância”, não podem desfrutá-lo -, como ler e fazer a história, suas histórias cotidianas, suas vidas pessoais, sociais e políticas, em síntese, o dramas de seu tempo.

### **Homens do século XIX observadores filhos deste tempo: Saint-Simon, Hugo, Balzac e Michelet**

Com certeza, esse será o motivo pelo qual criticará autores como Saint-Simon para quem as camadas populares necessitariam sempre de “condutores” e de uma espécie de “liberdade controlada”, ele que foi uma das mais importantes figuras fundadoras da **filosofia do progresso**. Saint-Simon acreditou que sua compreensão do progresso em curso “havia se realizado ao pé da letra”<sup>1</sup>. Contudo, ao se observar sua visão ideologizada da história, Sarcey consegue perceber também, a importância de suas ideias, como por exemplo, a “irreversibilidade do processo histórico” que influenciará ou reforçará profundamente à Marx que já havia capturado esta ideia da dialética hegeliana. Digamos assim que tal ideia estava no ar do tempo! O peso da influência de Saint-Simon é demonstrado em 20 páginas diretas e de idas e vindas a ele ao longo do livro. O papel das ideias do “socialista utópico” Henri de Saint-Simon, que influenciaram tantos desses atores, inclusive à Marx - a quem se associa de forma errônea uma rejeição total a Saint-Simon constituindo um equívoco total<sup>2</sup> -, antes de se encontrarem no coração do projeto capitalista e industrial do Segundo Império francês, parecem conter a inevitabilidade do progresso histórico imanente ao desenvolvimento do paradigma capitalista moderno da grande indústria. Mesmo aqueles que recuperam a importância dos trabalhadores e do povo em geral, o fazem sem os considerar como portadores de seus próprios interesses emancipatórios. Vitor Hugo, por exemplo, o grande escritor de uma obra magnífica denominada *Os miseráveis*, acreditava que o povo, como

<sup>1</sup> Ibidem, p. 155

<sup>2</sup> Ver a este respeito, além da obra de Riot-Sarcey, DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *Marx, prénom Karl*. Paris, Gallimard, 2011. Ao lermos estas obras nos espantamos com o quanto Marx foi influenciado por Saint-Simon sem que o tenha admitido deliberadamente.



bem chama a atenção Sarcey, malgrado seus interesses, só poderia estar “ao serviço do progresso”<sup>1</sup>. Victor Hugo também, pois, contraditoriamente ao que seria de se esperar do imenso sucesso de *Os miseráveis*, e como revela Sarcey, **contribuiu para o esquecimento do referido espírito de liberdade que marcou as insurreições de 1830 e 1848**. O grande artista não conseguiu ser coerente com a radicalidade do processo de liberdade de 1848 e de sua conjuntura histórica. Entenda-se aqui, a palavra radicalidade no sentido que lhe é próprio, ou seja, de buscar tratar os problemas e os fenômenos históricos e sociais por suas raízes causais.

São muitas as personalidades abordadas por Sarcey e dentre elas, Victor Hugo não foi o único que adotou tal postura. O *processo da liberdade* e aquilo que estava no ventre dos processos históricos de 1789 e 1848, é objeto de interpretações que negligenciam aspectos importantes ou escamoteiam - de modo mais ou menos consciente, o seu real significado: o desejo, a vontade de mudança profunda, de igualdade social, econômica e política da sociedade e a liberdade de organização e de expressão consequente com uma verdadeira Carta dos Direitos do Homem. Se a obra de Honoré de Balzac constitui um imenso e verdadeiro laboratório de ideias e representações sociais da França do século XIX - amplamente utilizado por Marx que considerava as obras individuais da *Comédia Humana* muito melhores que tratados dos historiadores e sociólogos para a apreensão de determinados fenômenos do século em questão, - para além do grande valor estético que elas encerravam, é preciso saber que **Balzac conseguiu sintonizar o que Sarcey chamou de “o alarme das classes possedentes”** e exprimiu o medo delas diante do potencial de irracionalidade que convulsionava da república alimentada “pela lógica viva e ativada da democracia” em conjunturas específicas. Balzac denuncia, ao mesmo tempo, que “depois de 1789, a França tenta fazer crer, contra toda evidência, aos homens que eles são iguais”. São palavras de seu romance inacabado *O camponês (Les paysans)*, mas profético em relação ao ódio do proletário e do camponês. Desconhecido dos poderosos que os viam parecidos com “selvagens” que não falam, eles (e os proletários) agem como “novos bárbaros” dos quais só se “ouvem os gritos”! Existia em Balzac - como em escritores desse quadrante de século, uma herança iluminista que pleiteava um *Contrato Social* e experimentava, ao mesmo tempo, uma espécie de dificuldade em acreditar que os “bárbaros” do imaginário dominante pudessem produzir uma sociedade do “bom senso” e do “progresso”. De modo coerente com esta atitude mental, **Balzac não assume a defesa explícita de nenhuma classe social.**

<sup>1</sup> Ver páginas 175 a 197 do capítulo “O que resta do espírito de 1848?”.



Como lembra Sarcey ele teme sobretudo o triunfo da mediocridade em todos os “corpos de métiers”<sup>1</sup>. Ele compreendeu que a *República da Ordem* havia triunfado, mesmo pálida e agarrada à família, à propriedade e ao trabalho disciplinado pela hierarquia, “ao ponto de suprimir a ideia de igualdade no sufrágio dito universal”. Balzac vê que a II República se realiza com vernizes “democráticos” atizados em 1848. E a crítica: “os Senhores matam portanto, a família no povo! Matar tal família não é matar o consumo? Regulamentar dessa forma o trabalho pela uniformidade dos salários e pela limitação das horas, é antes de tudo, a destruição da sociedade”<sup>2</sup>. Mesmo sem esquecermos de suas ambiguidades, é possível reconhecer a agudez de visão de Balzac e sua enorme capacidade de antevisão do processo histórico:

Uma república esvaziada de seu conteúdo social devia necessariamente se acabar nos braços de um ‘organizador’ digno desse nome. A ‘inteligência da França’ teria assim triunfado sobre a ilusão de uma felicidade incerta que veicula uma filosofia enganadora. Balzac não se enganou, vez que antes mesmo das eleições de abril ele presentia a chegada de Napoleão, não ainda indigno do herói romântico.<sup>3</sup>

Para o restabelecimento do progresso e da prosperidade, Balzac defende a necessidade de um “organizador” para a República e de um “Bonaparte industrial”. Crivado pelo medo do futuro e pelo horror da mediocridade, termina como vários outros, desejando o “bonapartismo”, crivado pela contradição: como construir a paz social com progresso, sem o desenvolvimento das forças produtivas industriais que cria inevitavelmente desigualdades? Balzac percebeu bem a contradição maior de seu tempo!

Este também seria o destino de Jules Michelet<sup>4</sup>, o maior historiador contemporâneo a 1789? O ensaísta norte-americano Edmond Wilson no seu *Rumo a Estação Finlândia*<sup>5</sup>, homenagea Michelet pela paixão pelo povo, pela grandiosidade de sua obra e pelo seu espírito anti-clerical! Michelet aborda a Revolução Francesa com a pretensão de reescrevê-la como os homens do povo a viveram, com o suor, o sangue, as lágrimas, o entusiasmo da esperança e as alegrias de algumas vitórias. Wilson avalia que ele oscila entre um nacionalismo e um socialismo. Sem definição doutrinária ele é a favor do povo do qual “o burguês perdeu o contato e traiu sua

<sup>1</sup> Op. cit., p. 65

<sup>2</sup> Idem, p. 67

<sup>3</sup> Ibidem, 67

<sup>4</sup> Sarcey, op. cit. pp. 112, 117, 201, 202, 231, 237, 329.

<sup>5</sup> WILSON, Edmond. *Rumo à Estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.



tradição revolucionária. Todas as classes se odeiam mutuamente". Mas será que os burgueses do Terceiro Estado tiveram realmente aspirações revolucionárias? Se muitos haviam adquirido títulos de nobreza e se achavam integrados à Monarquia Absolutista, qual seria o interesse deles em tal processo? Talvez se possa dizer que setores, frações da classe burguesa tenha assumido um posicionamento "revolucionário", por interesse real ou para se colocar em posição de legitimidade para "usurpar" um processo que não era seu. Talvez este tenha sido o equívoco de Michelet que amava ao povo e como Saint-Simon, também amava os homens públicos e empreendedores que conseguiam imprimir progresso na sociedade e no tratamento do povo. Edmund Wilson lembra que existia no historiador romântico algo de inesperadamente pouco realista. E completa de forma inusitada quando diz que

Quando Michelet se desvia da história propriamente dita, de seu complexo de eventos, ele exhibe o que há de pior no liberalismo do século XIX. São grandes queimas de fogos de artifício, que deslumbram a vista com suas cores aberrantes e escondem tudo que deveriam iluminar. O burguês perdeu o contato com o povo, (...) diz Michelet; traiu sua tradição revolucionária. Todas as classes se odeiam mutuamente. O que fazer? Precisamos amar. Precisamos tornar-nos semelhantes às criancinhas: a verdade está na boca dos simplórios, nos animais pacientes. (...) E há também a educação! Os ricos e os pobres devem frequentar as mesmas escolas: os pobres devem esquecer sua inveja, e os ricos devem deixar de lado o seu orgulho<sup>1</sup>

Ele é também criticado por uma visão "germinalista" que elabora do povo no final da vida. Em 1848, conquanto lhe seja oferecida a possibilidade de tornar-se um político da Segunda República, ele prefere manter-se distante. Seria nele uma espécie de instinto pessoal que o mantinha ligado ao povo pela sua própria origem, embora tivesse construído desse mesmo povo uma visão "populista" como crê Lucien Febvre<sup>2</sup>? Sarcey chega a destacar, fazendo referência à Jacques Rancière que "Michelet deu voz ao povo, fazendo-o calar-se"<sup>3</sup>! Esta será a contradição paradoxal da maior parte dos partidos que se reivindicaram do povo, particularmente ao longo do século XX. Eles sempre, ou quase sempre, acreditaram que deveriam falar em nome do povo e, assim o fazendo, substituíam o processo real que precisavam viver. Isto estará na base dos impasses de muitas revoluções, inclusive daquela de 1917 que "inventou" o partido que substituiu o povo, se torna um superpartido criando um superestado com aspirações mundiais.

---

<sup>1</sup> Idem, p. 34

<sup>2</sup> FEBVRE, Lucien. *Michelet (1798-1874)*. Genève Paris, Éditions des Trois Collines, 1946.

<sup>3</sup> SARCEY, op. cit. p. 329. Ver também RANCIÈRE, Jacques. *Les mots de l'histoire. Essai de poétique du savoir*. Paris, Seuil, 1992.



### Contexto da abordagem de Riot-Sarcey

O *processo da liberdade* é assim também, o julgamento dela pelas interpretações dos observadores engajados, mas também pelos agentes históricos. É julgamento dos processos sociais e históricos nos quais ela brota, por políticos, juristas, filósofos ou cientistas sociais, mas também pelos homens do povo. Para Sarcey a verdadeira compreensão e explicação do significado da LIBERDADE só é possível se se compreender o sentido que esses homens dão ao seu conteúdo. A historiadora faz questão de mostrar o quanto esse sentido se contradiz segundo os grupos sociais e os indivíduos deles que o interpreta. *O processo da liberdade* se reapropria assim, com gosto, da vida das ideias de liberdade decorrentes das revoluções trabalhistas e sociais do século XIX francês, ideias amplamente esquecidas, uma vez que, foram minoritárias e “utópicas”, incompreendidas em seu tempo, maltratadas pela história real e pela historiografia de um modo quase geral que se tornou canônicas. Numa época como a nossa em que a ideia da liberdade individual foi dissociada da liberdade coletiva e reduzida ao **liberalismo da concorrência à morte** e ao **individualismo standar** que destituiu a substância humana do ser de cada sujeito, resgatar essas ideias do século XIX se torna ainda mais necessário na atualidade. Esse passado histórico é revisitado por Sarcey a partir de seus múltiplos vestígios: publicações políticas, arquivos, novelas, poesias, pintura, etc. De forma singular, a autora restaura a surpreendente jornada de vida das mulheres e dos homens, das pessoas tão numerosas que se envolveram nos caminhos da revolta, revelando formas desconhecidas de apagar essa história.

Sem dúvida, existe uma tendência a se perceber o lema *Liberdade, Igualdade, Fraternidade* de 1789 como tendo prevalecido hegemonicamente como ideal ético, o que não foi verdade. Tal lema passou a ser considerado uma utopia no sentido negativo de um lugar inalcançável e não de um movimento de ação transformadora que vai em direção a um lugar mais perfeito, mais justo, mais igual socialmente, mais humano, julgado quimérico e inalcançável por doutrinadores dos mais diversos matizes. Do mesmo modo, passou a ser lugar comum considerar a Revolução de 1789 como simplesmente uma Revolução Burguesa – e isto, inclusive entre grande parte dos marxistas que não consegue perceber a natureza essencialmente camponesa e popular da revolução como a verdadeira alavanca do processo em curso na época -, e dessa forma é difícil se compreender as marchas e contra-marchas do “processo da liberdade”, igualdade e fraternidade brotando dos subterrâneos do período que vai passar ao longo do século XIX até 1917 (para ficarmos nesta data emblemática). O desaguar cronológico e histórico se acha



entrecortado de contradições, de marchas para frente e de retrocessos, mas a ideia e o ideal de liberdade resurge, mesmo em momentos como aquele da Guerra Franco-Prussiana ou da Grande Guerra de 1914-1918.

Como lembra Sarcey, com a ausência de uma tradição democrática fruto dos golpes contra 1789, as formas de representações parlamentares, por exemplo, as de abril de 1848, deformaram as aspirações dos movimentos sociais. E isto malgrado os protestos dos “republicanos da véspera” (autênticos defensores da liberdade, da igualdade e da fraternidade) que denunciaram os poderosos e notáveis como Alexis de Tocqueville, o filósofo e sociólogo da política que escreveu a emblemática *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*<sup>1</sup> -, que faz sua campanha eleitoral contra os aqueles que defendem a partilha das terras com igualdade. O conservadorismo ganha a maioria dos 880 eleitos. Na formação do governo a maioria foi de “republicanos do dia seguinte” (ou de republicanos defensores ou adaptados à composição do novo governo conservador) e de partidários da realeza legitimista e orleanista. Os insurretos são representados por uma pequena minoria de “republicanos da véspera” e de socialistas. Mas o medo do povo e de seus mais autênticos representantes se transforma em pânico como consequência da importância do peso demonstrado pela força popular. Os trabalhadores são tomados por “vagabundos” pagos para nada fazerem, como acreditava mais um intérprete dos processos em curso que foi Prosper Mérimée.

### **Do que tratam as partes do livro**

Se na primeira parte do livro o que se estuda de 1848 é o espírito dos “tempos possíveis”, as “disputas de interpretações”, a “expressão cidadã”, e o “desejo de associação”, ou **como o povo realiza sua experiência de aprendizado da utilização do sufrágio considerado “universal” pela letra jurídica**, mas que não permite, por exemplo, a participação das mulheres, na segunda parte - que, não por acaso, se intitula *As “promessas” da liberdade* -, se busca exatamente “o que significa ser livre” através das “reminiscências dos tempos nos quais a liberdade irrompe”. Afinal qual é o sentido que os trabalhadores e os seres das classes ditas subalternas dão à ideia de liberdade? A terceira parte do livro se dedica ao estudo das contradições expressa na trajetória crepuscular da liberdade e na sua manifestação seletiva ou excludente. A liberdade não pode ser para todos, a justiça não pode ser para todos, governar não pode ser para todos.

---

<sup>1</sup> TOCQUEVILLE. Alexis. *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.



Para tal Riot-Sarcey mergulha no passo a passo progressivo dessas lutas e mostra o sentido que a "gente do povo" dá à palavra liberdade. Ela demonstra como eles percebem a forma como ela é praticada pelo poder que não é o deles. À "princípio acessível à todos" ela "vai restringindo o seu acesso e o seu sentido". Ela passa a ser considerada a prática liberal dos "vencedores da Revolução Francesa", e do "dever livre, segundo os critérios modernos do primado da liberdade privada", que se torna "inseparável da administração dos bens e da proteção da família". Permite àquele que se torna "competente" para se apropriar dela, de participar à coisa pública e este se torna o modelo único de referência até os dias atuais. Liberalismo, individualismo, mercado "livre" do capitalismo, forjavam já os indivíduos da época, mas também aqueles de hoje.<sup>1</sup>

A historiadora mostra que a liberdade do "povo do povo", tem a aspiração de se desenvolver em todas as dimensões da existência o que Pierre Leroux chama de "poder de agir", uma aspiração constante, mas apenas visíveis "nos interstícios da história linear em momentos de exceção, em tempos de insurreições ou em períodos de desestabilização do poder estabelecido"<sup>2</sup>. Enquanto os vencedores da revolução de 1789 pretendiam implementar a "liberdade dos modernos", os insurgentes de 1848 "renovaram o atual dia de 1789", atualizando seu poder de agir, como os revolucionários de 1830, os membros da Société des Droits de l'Homme, e os cânones de Lyon, fizeram em diferentes níveis. Mas outros atores, diante dessas erupções de liberdade, fornecem interpretações que os envia em continuidades facciosas: a "lei do progresso" em George Sand, o "aumento da liberdade pela difusão do conhecimento" em Daniel Stern, a "força das coisas" em Saint-Simon. Consequentemente, "toda uma série de interpretações da história imediata convergiram durante as primeiras décadas do século XIX na direção de um progresso realizado pelas novas forças". É a este processo, que Michèle Riot-Sarcey chama de "tecido da história" e que é fundamental para a "ocultação da experiência dos trabalhadores da liberdade" que é preciso ser revelada.<sup>3</sup>

Este é um livro ambicioso. Ele trata, ao mesmo tempo, do processo histórico e de sua interpretação, da aparição permanente da necessidade e de luta pela liberdade, pela igualdade fraterna e dos processos de sua negação ao logo do século XIX. Nesse processo os ideais de liberdade do liberais de todos os matizes, diferem - como a água do vinho, daqueles das camadas populares. Sem dúvida, não existem homogeneidades absolutas, nem automatismos, pois existirão sempre exceções,

<sup>1</sup> RIOT-SARCEY, *ibidem*, p.77

<sup>2</sup> *Ibidem*, pp.78-79

<sup>3</sup> *Ibidem*, pp. 163-165



ainda que minoritárias. Indivíduos extraordinários aparecem nominados na história defendendo uma ideia legítima de liberdade, de democracia e de república autêntica. Mas as classes das elites dominantes – que não são uma entidade abstrata e são composta por indivíduos nominados civilmente e socialmente- pode ser vista no seu comportamento de conjunto.

Este é um livro audacioso, tão excitante quanto notavelmente bem documentado. Demonstra a relevância do pensamento de Walter Benjamin sobre a necessidade de "demolir a continuidade histórica".<sup>1</sup> A origem de um positivismo cientificista consolidado pela sociologia conservadora de Émile Durkheim não é outra coisa senão a expressão nas ciências sociais do ideal saint-simoniano tornado um adepto incondicional da ordem governada por homens ilustrados na filosofia social de August Comte. Ríot-Sarcey não diz tudo sobre tais correlações, mas não é preciso. O leitor bem informado e bem formado pode deduzir de modo competente. Ela convida-nos a compreender de forma diferente, os símbolos que serão desfeitos como "tudo que é sólido", daquele passado da modernidade, do século XIX francês: a filosofia do progresso, o controle da ordem social, a "missão civilizadora" da república colonial... Para libertar a **modernidade criativa** da **devastadora modernidade**, da crise irremediável e da barbárie da modernidade capitalista, o livro pretende dar uma nova luz aos sonhos do passado, cuja realidade faz sentido no presente, na busca de um futuro radicalmente diferente, semelhante ao projeto de interpretação dos documentos dos "arquivos dos sonhos operários" de Jacques Rancière. Aliás ele chama a atenção para o fato que o título de seu livro não tem nada de metafórico. Para Rancière essa outra versão da história – acabar com isso, saber porque ainda não acabou ou porque acabou assim e não de outra forma -, só pode ser "contada" pelos "limpa latrinas", marceneiros, pedreiros, alfaiates, pelos zé ninguém. Como bem acredita Rancière.

Deixando se manifestar, ao menos uma vez, o pensamento dos que não estão "destinados" a pensar, talvez venhamos a reconhecer que as relações entre a ordem do mundo e os desejos dos que estão submetidos a ela apresentam um pouco mais de complexidade do que crêem os discursos eruditos. Talvez se ganhe uma certa modéstia no manejo das grandes palavras e na expressão dos grandes sentimentos.<sup>2</sup>

Rancière quer dá voz aos anos que precedem 1848, mas particularmente aqueles em torno de 1830, através de personagens reais, não célebres, os "zé

---

<sup>1</sup> GANEBAIN, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo, Perspectiva, 2017. TAIBO, Carlos. *La vida que se cierra*. Madrid, Catarata, 2015

<sup>2</sup> RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 13.



ninguém” da vida proletária que sofriam a superexploração no local de trabalho, a insalubridade dos bairros e das casas onde moravam, da infâncias e das juventudes roubadas, da vida abreviada pelas doenças, das maturidades e velhices cinzentas, das milhares, dos milhões de vidas alienadas, consumidos pelo molok-capital. A perspectiva de Riot-Sarcey é igual. Persegue obstinadamente a questão de como pensar o século XIX à luz do século XX e vice-versa, no que concerne ao surgimento para as categorias subordinadas e excluídas da liberdade dos liberais? Quais as formas invisíveis dessa experiência de liberdade que é possível de reaparecerem ao olhar crítico do historiador? Ela já havia lançado dois livros que, se tornaram referência historiográfica para tais questões enfatizadas pela questão das relações entre utopia e gênero: o primeiro é livro publicado em 1994 intitulado *Democracia no Teste das Mulheres: três figuras críticas do poder, 1830-1848*<sup>1</sup>. O segundo livro se intitula *O real da utopia: um ensaio sobre política no século XIX*<sup>2</sup>, publicado em 1998. A “liberdade” para as classe dominadas não é a mesma liberdade dos liberais do século XIX, nem na política, nem na economia, nem na dimensão social. A “liberdade excludente” liberal, guarda sua alma e se aperfeiçoa na “liberdade neoliberal”. Riot-Sarcey procura explicar o “espírito de 1848” persiste após o massacre de junho de 1848 e a reação que persegue. Ela encontra importantes pistas nas **obras marcadas pelo fim da esperança** (em Flaubert, Baudelaire, Courbet). Ela encontra mais pistas na forma como é reescrita a história que via o povo apenas como “instrumentos de uma história por ele sofrida”, de uma massa sem vida própria porque vivida. Já não se está mais na época de Saint-Simon de crença no futuro, no progresso incondicional. A classe trabalhadora e os operários, ou os mineiros (como no *Germinal* de Emile Zola), como no *Os miseráveis* de Victor Hugo, são “vividos” por uma espécie de naturalismo da história. Do industrialismo percebido por Saint-Simon, por exemplo, como símbolo de uma modernidade modernizadora, o que triunfa é o “progressismo” dos industriais e banqueiros que apoiam o Segundo Império. Este virá a cair. Com o surgimento da Comuna de Paris, “o ressurgimento do espírito de liberdade” se reapropriar da ideia de república social e democrática procurando dar um sentido à modernidade como um espaço temporal do trabalho em comum, da partilha comum e do governo em comum. Mas as forças da reação esmagaram a Comuna de Paris.

---

<sup>1</sup> RIOT-SARCEY, Michèle. *La démocratie à l'épreuve des femmes. Trois figures critiques du pouvoir, 1830-1848*. Paris, Albin Michel, 1994.

<sup>2</sup>RIOT-SARCEY. Michèle. *Le Réel de l'utopie: Essai sur le politique au XIXe siècle*. Paris, Albin Michel, 2014.



Mesmo se se observarmos que o ideal de uma república platônica e aristotélica atualizada pela persistência bio-psíquica-sociológica dos "sans-coulotte" de 1789, dos "camponeses livres" da Guerras Camponesas da Alemanha ou daqueles que na Inglaterra lutaram contra os "cercamentos privados das terras livres" ou daqueles das "sociétés des égaux" do final do século XVIII, o caminho ficou assim aberto para a tragédia da violência totalitária disseminada pelo estalinismo. A alternativa a esta predominância foi o domínio da representação política como forma por excelência de seu exercício. A "democracia representativa", tornada fetiche e paradigma civilizatório – embora falida como demonstram os escândolos de corrupção expressos no interior dos parlamentos de todos os países do mundo e não apenas no Brasil -, continua fechando os olhos para outras formas da democracia que precisa ser vivida em vida - e que, não obstante tudo, em algum grau, em alguma medida e extensão, é vivida na prática dos indivíduos cidadãos não reconhecidos efetivamente, mas que existem civilmente nominados e integrantes de classes sem propriedades, detentoras apenas de suas forças de trabalho sem emprego e inutilizadas pela exclusão social, aqueles iletrados e anônimos, sem deus (ou com deus) ou com múltiplos deuses, com pátria - ou sem pátria como mostram os imigrantes vindo da África para Europa, ou os venezuelanos, peruanos, haitianos, equatorianos, bolivianos, paraguaios que vêm para o Brasil. Eis porque aquele que não conhece seu passado tem ainda mais chances de não ter futuro. Eis porque o livro de Michèle Riot-Sarcey é o livro muito importante. Eis que sua dimensão, inevitavelmente ultrapassa a "barreira" exclusivamente científica e acadêmica.